

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DE ESTADO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO,
A ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR
DE GUERRA

7 DE AGOSTO DE 2020

CONFERÊNCIA DO MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR ERNESTO ARAÚJO, A ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (07/08/2020)*

Muito bom dia a todos. Muito obrigado.

Muito obrigado, General Leite, pela introdução; Sr. Almirante da Esquadra Wladmilson Borges de Aguiar, Comandante da Escola Superior de Guerra, é uma honra estar, aqui, virtualmente na sua casa; Sr. Major Brigadeiro do Ar Leônidas Medeiros de Araújo Júnior, Subcomandante da Escola Superior de Guerra; Contra-Almirante Ricardo Fernandes Gomes, Diretor do Curso Superior de Defesa; Contra-Almirante Paulo César Bittencourt Ferreira, Diretor da Escola de Guerra Naval; Embaixador, e querido amigo, Alessandro Candéas, Diretor do Departamento de Defesa aqui do Itamaraty; outros oficiais, diplomatas, outros integrantes do Curso Superior de Defesa.

Antes de mais nada, eu queria dizer que, para mim, é um grande privilégio, eu quem agradeço a atenção dos senhores e a disponibilidade de me escutar nesta manhã. É uma felicidade pessoal estar – como eu dizia –, ainda que virtualmente, na Escola Superior de Guerra, já que meu tio, o almirante de Esquadra Ernesto de Araújo, foi diretor dessa escola há muito tempo. Ele faleceu antes de eu nascer, não tive a oportunidade de

conhecê-lo, mas, tenho orgulho de ter o seu nome – o meu nome é uma homenagem ao meu tio, almirante Ernesto – e é particularmente grato para mim ter essa oportunidade.

Eu gostaria, antes de falar de aspectos da nossa política externa, de falar um pouco de ideias que estão por trás da nossa política e, mais do que isso, compartilhar algumas reflexões, porque eu acho que a gente precisa sempre pensar nas bases daquilo que nós fazemos, quais são os conceitos que estão por trás daquilo que nós fazemos. E eu tenho refletido, ao longo desse período da COVID, da pandemia, sobre duas visões de mundo que parecem muito diferentes, e que cada vez mais se mostram diferentes, e que estão se revelando agora, nesse momento de tanta dramaticidade, de tantos desafios novos e inesperados. Poderiam, talvez, falar isso, falar em termos de esquerda e direita, mas não é para esse lado que eu gostaria de levar. Eu gostaria de levar mais para um lado, digamos assim, filosófico de visões de mundo.

E eu procurei caracterizar isso como duas visões praticamente antagônicas, usando um termo da filosofia: de um lado o

* Transcrição da conferência do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Ernesto Araújo, a alunos da Escola Superior de Guerra, em 7 de agosto de 2020. Vídeo disponível em: <<https://youtu.be/VT1z2MBKa-g>>.

“realismo” e, de outro lado, o “nominalismo”. São termos que se usam em filosofia, sobretudo filosofia medieval, em um sentido um pouco diferente desse que eu vou empregar aqui, mas é justamente para escapar, digamos, de palavras, de designações que tenham uma carga política.

Bem, o quê que eu entendo por essas duas vertentes, o “realismo” e o “nominalismo”? Eu vou discorrer um pouco sobre isso. Eu tenho notado, por exemplo, que de um lado nós temos uma tendência ao bom senso, de outro lado o fanatismo; de um lado o pensamento aberto, o pensamento que dialoga com a realidade, de outro lado o pensamento fechado, o pensamento totalmente abstrato e conceitual; de um lado o primado da verdade, de outro lado o primado do poder; de um lado a vida humana social concebida em torno da liberdade, de outro lado a vida humana social concebida em torno do controle, para dar alguns exemplos. Há outras dicotomias aqui que eu gostaria de falar, mas eu queria dar um pouco essa ideia.

A questão do bom senso e do fanatismo: bem, talvez fanatismo não seja o melhor nome, mas, de um lado, nós temos claramente o bom senso. Diante da pandemia, por exemplo, nós temos uma reação onde há uma preocupação concomitante com saúde e economia; do outro lado, nós temos uma

visão puramente, digamos, determinista, onde só importa a vertente da saúde, só importa a necessária imposição das medidas mais draconianas possíveis, independentemente das consequências disso para a sociedade. E isso se desdobra em outros domínios, mas, hoje, para nós, eu acho que isso é muito visível.

Nós temos a dimensão do pensamento: de um lado nós temos (que decorre do bom senso) o pensamento que eu chamo de pensamento aberto – que é o pensamento que dialoga com a realidade e que se corrige de acordo com a realidade –; do outro lado o pensamento fechado, que é o pensamento que não dialoga, que é o pensamento que parte de ideias pré-concebidas (de certa forma, a caracterização da ideologia, mas eu também não queria usar esse termo aqui), um pensamento que se desdobra por rotulagem e por estereótipos. Nós vemos isso com muita frequência, hoje em dia, na mídia, sobretudo. É necessário sempre colocar um adjetivo, colocar um rótulo, colocar uma caracterização, seja positiva ou negativa, e isso se cola à realidade e acaba cobrindo a realidade.

Bem, disso também decorre uma dicotomia entre a questão de verdade e a questão do poder. Do lado do realismo, nós temos o conceito, digamos, tradicional de

verdade, que é o da adequação do pensamento à coisa. Existe uma verdade nessa visão de mundo e ela pode ser buscada. Não é fácil encontrá-la, ela exige esse diálogo com a realidade, portanto, exige o pensamento aberto, e é uma visão também de uma certa humildade de que o ser humano, seja individual ou coletivamente, não é dono da verdade; ele precisa buscá-la permanentemente, permanentemente refletir e adaptar o seu pensamento à verdade. Essa busca é sempre muito precária. A verdade existe, mas ela não é óbvia nessa visão. E do outro lado nós temos o lado do nominalismo – depois eu vou explicar por que eu chamo de nominalismo e realismo – mas, do outro lado nós temos o poder, o primado do poder, o conceito, e isso se refletindo na verdade, que é o conceito utilitário da verdade, quase partidário às vezes, a verdade como algo absolutamente determinado por uma linha política ou por uma linha proveniente de uma determinada estrutura de poder, uma verdade que a gente tem visto pela experiência histórica, ao longo de décadas, de séculos, nessa visão de mundo, que é sempre absoluta mesmo que mutável, quer dizer, cada dia existe uma verdade absoluta.

Então, do outro lado você tem uma busca permanente de uma verdade que nunca é absoluta, porque ela está sempre sendo

buscada. Aqui nós temos essa imposição, mas muda, de acordo com as conveniências políticas, aquilo que é considerado verdade ou não, aquilo muda.

Voltando, por que eu chamo de nominalismo e realismo? É basicamente isso, porque, de um lado, nós temos o diálogo com a realidade, do outro lado, simplesmente – não simplesmente – mas a concentração na palavra; a palavra dissociada da verdade; portanto, o nome. O nome dissociado da realidade; o nome como uma imposição. E isso se reflete, por exemplo, nessa questão da verdade *versus* poder: de um lado, a palavra é um instrumento na busca da verdade e, de outro, a palavra é um instrumento para a imposição de um determinado poder.

Bem, uma outra dicotomia, que eu chamaria entre a moral e o moralismo – a moral eu coloco no campo do realismo e o moralismo no campo do nominalismo. Então, moral quer dizer a questão da ética. A ética é também uma busca permanente de uma determinada verdade que nunca se alcança; é a busca, a negociação permanente entre concepções diferentes do bem, entre concepções diferentes daquilo que é melhor para o indivíduo ou para a coletividade. E o moralismo é a afirmação peremptória de determinados princípios, de uma maneira impositiva e não buscada.

Aqui eu me lembro de um exemplo: no tempo da faculdade, um professor meu – era uma aula de latim, mas, na verdade, era mais aula de filosofia – dava um exemplo interessante sobre essa questão do que é a moral e o moralismo. Talvez alguns dos senhores conheçam esse dilema das aulas de ética, que é o seguinte, você imagina que exista uma situação que é a seguinte: está vindo um trem com centenas de pessoas e você sabe que esse trem vai, daqui a pouco, chegar a uma ponte que caiu. Esse trem vai cair no desfiladeiro e todo mundo vai morrer, e você está em cima de um viaduto. A última chance de salvar esse trem, essas pessoas, é se você empurrar um sujeito que está ali em cima do viaduto para que ele caia nos trilhos e interrompa o caminho do trem; o trem vai ter que frear e vai salvar 400, 500 pessoas, não vai cair no desfiladeiro, mas essa única pessoa vai morrer. E aí, a pergunta é a seguinte: você empurraria essa pessoa nos trilhos? Mata um, salva 400?

As pessoas têm respostas diferentes. Normalmente as pessoas não têm resposta para essa pergunta. Mas esse é um dilema moral, porque, por um lado, claro, se você não fizer nada, a culpa de o trem cair no despenhadeiro teoricamente não é sua, e você não terá matado uma pessoa; por outro lado, se você sacrificar essa pessoa, terá

salvo aqueles outros que você teve a oportunidade de salvar. E aí, eu me lembro também que nessa aula, um colega falou: “Eu empurraria o cara, salvaria os 500 que estão no trem.” E aí o professor perguntou: “E você se jogaria nos trilhos se fosse a única possibilidade? Se não tivesse essa pessoa para você empurrar, você mesmo se jogaria?” Aí começa a ficar mais complicada a questão. Muitas pessoas dizem que sim e outras diriam que não.

Mas, voltando, por que eu digo isso? Porque a moral é a discussão sobre o que cada um de nós faria nessa situação. O moralismo seria aquele que chega e obriga o outro a se jogar no trilho, o moralismo seria a determinação de uma moral para o outro e nunca para si mesmo. Eu vou dar um exemplo corrente do que estamos vivendo no Brasil, e no mundo também. Uma entrevista, que eu acho que todo mundo assistiu, do Fernando Gabeira com o Felipe Neto, em que o Gabeira pergunta: “O que você acha do fato de que uma determinada decisão judicial no Brasil seja imposta a países de todo o mundo?” E Felipe Neto diz: “Eu acho ótimo.” – “Mas, se um juiz das Filipinas impuser uma decisão dele no Brasil, o que você acha?” – “Aí, não.” Então, eu acho que aí a gente vê a diferença entre moral e moralismo. Moralismo é aquele que vale sempre para o outro e não para si mesmo.

Bem, uma outra dicotomia (desculpe se me estendi nesse exemplo, mas, isso me veio hoje de manhã; há trinta anos não lembrava disso, ou mais): a vida e a liberdade. Ou melhor, a vida concentrada na liberdade – a vida social, política, individual – ou a vida concentrada no controle? A liberdade na coluna do realismo e o controle na coluna do nominalismo.

Liberdade é o conceito de que a vida humana, seja da pessoa ou da comunidade, precisa lançar-se a algum tipo de desafio; ela precisa estar aberta à dúvida, à aventura, ao desconhecido. E no lado do nominalismo, no lado do controle, a ideia de que não pode haver risco, de que não pode haver nada fora da previsão, de que tudo tem que ser controlado e determinado por um determinado poder.

De um modo geral, acho que, de um lado, nós temos vários aspectos que elevam todos para o reconhecimento das limitações do ser humano, e, ao mesmo tempo, da profundidade, da dignidade do ser humano. Do outro lado é, digamos, a determinação externa do ser humano, recusando a sua complexidade, como se tudo fosse facilmente controlável e facilmente estabelecido.

Bom, isso nos leva ao seguinte, à importância da palavra. Porque aqui nós estamos falando, basicamente, de todos

esses aspectos do uso da palavra, do uso do discurso e, por isso mesmo, nós estamos falando de realismo e nominalismo, porque sempre foi uma questão da relação entre a palavra e a realidade. Em um caso, a palavra dialogando com a realidade; e no outro caso, no nominalismo, a palavra dissociada da realidade.

Acho que nós vivemos em um mundo, hoje, em que cada vez mais é o mundo das palavras, onde o poder é exercido – e aqui nós começamos a entrar mais no aspecto da política, por isso eu fiz essa introdução –, onde o poder é exercido por quem controla o fluxo de palavras, por quem controla a produção e a difusão do discurso.

Do lado do realismo (com o qual vocês já terão visto que eu me identifico), quer-se que esse poder sobre o fluxo das palavras seja diluído ao máximo, porque esse poder é imenso – e cada vez mais, graças aos meios de comunicação; enquanto do outro lado, o nominalismo quer que esse poder seja concentrado ao máximo e controlado ao máximo.

Para o lado nominalista, esse quer concentrar o poder na palavra. Por que isso? Porque nessa concepção, nessa visão de mundo, o poder se superpõe à verdade. E a verdade é estabelecida pelo poder, porque a verdade é simplesmente um conjunto de

palavras, ela não tem uma adequação mais profunda à realidade. Ao lado do realismo, a verdade se superpõe ao poder, e a verdade resulta do trabalho, digamos, cotidiano, permanente, de cada um de nós, de milhões e milhões de atores em permanente discussão, em busca sempre precária dessa verdade, que, no entanto, está ali presente como uma referência.

Para nós também – eu estou dizendo “nós”, aqui, mas não vou me identificar tanto assim –, para o lado do realismo, a verdade e a liberdade estão intimamente correlacionadas, e a verdade é uma questão de conhecimento individual. A verdade pode ser conhecida pelo indivíduo. Essa questão de verdade e liberdade está sempre muito presente nessa citação de João 8:32, que o presidente Bolsonaro sempre se refere, o que eu também uso como lema, acho que todos nós temos que refletir sobre isso: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.” Isso é um conceito muito profundo, essa conexão de verdade e liberdade. A liberdade é absolutamente essencial para atingir a verdade em todos os planos – seja científico, seja filosófico, seja na nossa vida cotidiana.

Então, de um lado, nós temos essa concepção da verdade de algo que pode ser conhecido pelo indivíduo; para o lado

realista, a verdade é uma questão de adequação social, a verdade acaba sendo (isso nós temos visto cada vez mais) uma questão de qual é a percepção do grupo – quando você emite uma determinada ideia, uma determinada frase, e o quê que o seu grupo diz em relação a isso. E é claro que todo mundo quer ser aceito. Então, a tendência, nesses dias de hoje, é de que a pessoa emita uma determinada opinião e, se o seu grupo corrobora, aquilo se torna uma verdade para você. Se ele não corrobora, aquilo não se torna. Quer dizer, o critério da verdade deixa de ser a adequação à coisa, à realidade, e passa a ser a adequação ao seu grupo, à recepção, à receptividade social. Então, hoje, muitas pessoas acabam testando o seu pensamento não contra a realidade, mas, contra a aprovação do consenso social, e esse consenso, cada vez mais, é dado pela mídia, quer ser dado pela mídia.

E aqui nós temos um grande problema – justamente a questão do poder que a mídia pode adquirir se não houver uma competição das novas mídias, dos novos meios de comunicação, e o poder que a mídia pode deter, de controle da verdade. Então, normalmente, em um mundo ideal, e eu acho que era o mundo onde a maioria de nós crescemos há algumas décadas, o que se esperava da mídia, da grande mídia (imprensa e televisada), era

que dessem informações e o indivíduo formasse o seu juízo. O que acontece hoje? Hoje a mídia tenta dar o juízo, ela já tenta dar. E, para quem não toma cuidado, ela já dá o juízo. Ela já te dá qual é a opinião validada socialmente como um determinado consenso social. Ela faz isso seja implicitamente, seja explicitamente – que é até mais, digamos, nocivo –, que é colocar não como uma opinião direta, mas através da caracterização, através dos adjetivos, através da maneira como a “notícia” é formulada ou também selecionada.

Um outro aspecto que eu acho importante é o seguinte. Nós temos, na “realidade”, duas dimensões: a dimensão do ser, que é aquilo que efetivamente existe; e a dimensão do valor, que é aquilo que nós atribuímos – as coisas não têm valor por si mesmas, é algo que decorre da vida humana, da nossa capacidade, da nossa necessidade de valorizar as coisas e atribuir esse valor.

No caso do realismo, esses dois domínios da realidade, esses valores, convergem, eles dialogam também entre si; enquanto no nominalismo eles são dissociados. Cria-se uma espécie de hipervalor que eu chamo; é o valor que deixa de ser associado a algum tipo de realidade, perde-se e torna-se, simplesmente, um mecanismo de controle e de exercício de poder. Isso tem a ver com o

que eu vou falar depois, com o politicamente correto, mas, já para adiantar um exemplo que eu vi agora há pouco em uma notícia sobre como essa visão de mundo, que eu chamo de nominalista, extrapola, muitas vezes, ou pode extrapolar, da realidade.

Eu vi que existe uma proposta na organização astronômica, eu acho, internacional, não sei qual é exatamente o nome, de mudar o nome de uma determinada galáxia que foi identificada, que hoje se chama Galáxia do Esquimó, porque a palavra “esquimó” tornou-se pejorativa para referir-se às populações indígenas do Ártico (e, realmente, parece que tinha essa conotação; eu morei no Canadá [e lá] já não se usa essa palavra que a gente usava antigamente). Então, mudar essa palavra porque ela é considerada pejorativa. Está bem, é um ponto de vista. Mas eu comecei a pensar também na palavra “galáxia”. A palavra “galáxia” vem do grego, da inscrição *galaxias kuklos*, que é o “caminho leitoso”, daí que vem “via láctea” – “via láctea” é a tradução para o latim de *galaxias kuklos* em grego –; *kuklos* é a palavra ciclo, é o caminho; e *galaxias* é leitoso, de *gála*, que é “leite”. Aí você pensa: “via láctea”, “leite”, “galáxia”. Outro dia surgiu na Internet que tomar leite é um ato racista, é uma simbologia racista (que me parece pessoalmente um absurdo), mas, se nós

começarmos a levar as coisas para um extremo, daqui a pouco nós vamos dizer “não, então não pode mais usar a palavra ‘galáxia’, porque ela traz uma conotação...”, bem. E aí as coisas vão indo. Nós temos na nossa literatura, já, o Policarpo Quaresma, que queria que nós deixássemos de falar português para falar tupi – claro, o português que nós estamos falando aqui é uma língua que nós falamos, de certa forma, em decorrência de um processo de colonização, mas, isso, enfim, se for levado ao extremo, realmente, qualquer língua tem alguma conotação de algum momento, de algum exercício de dominação.

Então, aqui vem a questão que eu falei no começo, do bom senso. Eu acho que essa é a grande diferença entre esses dois domínios do pensamento, esses dois terrenos de pensamento. De um lado, a caracterização das coisas como algo que tem limites diante da realidade, limites cambiantes, limites negociáveis, mas que tem determinados limites. E de outro lado, o absolutismo na definição de determinados valores, de determinadas dimensões.

Eu acho, também, que a gente tem que pensar nessa questão do poder. De um lado, nós temos a ideia de que o valor determina o poder e, do outro lado, que o poder determina o valor. Ou seja, de um lado, você estabelece

que o valor é esse e que a partir daqui vai ser exercido o poder, é um controle externo do poder; do outro lado não, do outro lado é o exercício do poder que diz o que vai e o que não vai. Portanto, por várias razões, a gente acaba chegando talvez no principal ponto de vista do funcionamento da sociedade, que é o conceito de democracia, como se pratica e como se vive a democracia.

Então, nessa coluna do realismo, nós temos a democracia condicionada pelo pensamento, condicionada externamente pelos valores, condicionada externamente por uma lógica que ultrapassa a realidade imediata, condicionada pela liberdade. Liberdade e democracia não se confundem; liberdade é uma espécie de, digamos, oceano onde navega a democracia, mas elas não se confundem. E eu diria mesmo que a democracia, nessa concepção, é vista como uma renúncia, em grande parte, ao exercício do poder, do poder que se deixa controlar, e por um controle externo a partir do conceito de liberdade.

No outro campo, no campo “nominalista”, nós temos a democracia simplesmente como um nome, simplesmente como uma palavra, uma palavra de ordem, um *slogan*, sem esse controle externo, a democracia apenas como uma máscara do exercício do poder. E nesse campo, muitas vezes, nós vemos, apesar de

discursos em favor da democracia, a admiração pelo totalitarismo, e mesmo, digamos, o respeito pelo totalitarismo – ao menos a meu ver acho que isso ocorre.

Então, acho que, claro, podemos nos desdobrar muito mais nesse tema, mas, hoje, nós temos na nossa sociedade, eu acho, essas visões que estão em concorrência: de um lado, uma democracia, digamos, de fora para dentro – ou seja, vindo do povo para as instituições –; de outro lado, não, uma visão de que a democracia vai das instituições para o povo, digamos, onde ela nasce.

Hoje, com a sociedade digital que se acelerou com a pandemia, nós temos duas possibilidades: uma boa e uma mais complicada. De um lado, o aumento do terreno democrático: quanto mais digitalizada a sociedade, mais acesso as pessoas têm à comunicação, ao serviço, mais fácil a dispersão do poder, que é essa visão que eu chamo de realista – o poder que se controla externamente. Não simplesmente no processo de comunicação, embora sobretudo pela comunicação, pela liberdade de expressão, mas, também, pela democratização do acesso ao conhecimento, do acesso ao conhecimento que esses meios proporcionam. E, por outro lado, a possibilidade de se criar uma sociedade de controle total: porque, em uma sociedade digitalizada, onde

tudo se sabe, onde cada passo que você dá acaba sendo registrado (cada vez mais por novas tecnologias), tudo acaba sendo registrado de alguma maneira e fica gravado – cada piscar de olhos, cada vez mais, é gravado, a sua face reconhecida, as suas atividades conhecidas. Há o risco de se criar uma sociedade de controle total.

Isso é hoje, acho que talvez, o grande dilema que nós estamos vivendo. Nós vamos para o lado, não só no Brasil, de uma sociedade aproveitando esses meios, cada vez mais democrática – no sentido da dispersão do poder – ou uma sociedade cada vez mais centralizada, com o controle social graças aos meios tecnológicos. E acho que esse é o grande confronto no mundo de hoje. Não é o confronto entre países ou grupos de países diferentes, mas é um confronto entre duas concepções antagônicas de mundo, duas concepções antagônicas do ser humano e da questão fundamental da linguagem, da palavra, como nós estamos falando aqui.

Hoje, o conflito realmente se dá no plano do discurso e não, eu acho, no plano militar ou no plano econômico. Eu acho que o mundo, hoje, é cada vez mais uma grande batalha pela possibilidade e a capacidade de difundir palavras e ideias, de liberar ou controlar – dependendo para onde vá –, liberar ou controlar o fluxo do discurso. E,

cada vez mais, isso é o determinante. Portanto, os concursos econômicos, políticos, militares e geopolíticos são direcionados para o controle do discurso, ou para a libertação do discurso.

Então, eu diria (É uma proposta de reflexão, isso tudo decorre de uma reflexão e, justamente, como eu falei, o nosso discurso tem que ser uma busca da verdade. Não quero, de forma nenhuma, dizer que isso é assim. Portanto, é uma proposta.) que o grande conflito que nós estamos vivendo não é um conflito comercial ou geopolítico no mundo, é mais um conflito que eu vou chamar de “logopolítico” (de *logos*: palavra), o conflito pelo controle da linguagem e da difusão da linguagem.

Eu acho que essa mudança de paradigma talvez não seja de hoje, ela vem de um pouco antes, talvez daquele pós-1989, queda do muro de Berlim e o final do bloco socialista, quando determinadas correntes de pensamento – eu falei que não ia usar muito os termos “esquerda” e “direita”, mas acho que aqui tem que usar – quando era um pensamento de esquerda, percebe-se que o fundamental era que ninguém mais conseguia defender a superioridade do sistema econômico socialista sobre o sistema econômico capitalista. Estava provado, praticamente, que não era assim.

Então, o pensamento de esquerda tenta reconhecer – e reconhece – que o fundamental não é controlar os meios de produção econômicos, mas os meios de produção do discurso. E aí vem, cada vez mais, a ênfase dos mecanismos para esse controle dos meios de produção do discurso: através da mídia, através das escolas, das universidades principalmente. É um movimento que já existia pelo menos desde os anos 1960, de ocupação desses espaços pelo pensamento esquerdista, mas isso se intensifica muito a partir de 1990 – não por acaso e não como algo secundário, mas como o novo cerne do pensamento de esquerda.

Isso, na verdade, talvez venha de um pouco antes. Já havia há décadas uma cisão entre a esquerda stalinista e a esquerda maoísta; a grande diferença é que o stalinismo sempre se concentrou na questão econômica e na força bélica, na capacidade industrial, cognitiva e na capacidade militar, enquanto que o maoísmo sempre se concentrou na cultura de maneira mais sutil, justamente no controle do discurso, no controle da palavra. Tanto assim, que o momento máximo, talvez, da ideologia maoísta foi justamente a chamada Revolução Cultural – que foi um fracasso – nos anos 1960.

Então, o que surge no mundo a partir do começo dos anos 1990, e hoje acho que isso está bastante claro, é esse novo paradigma no qual, em função dessa penetração dos meios de produção do discurso pelo pensamento de esquerda (o pensamento “nominalista”, mais ou menos, digamos, na nossa concepção aqui), com essa penetração nós começamos a ter uma situação estranha, mas ninguém estava se dando conta disso, que é a economia mundial globalizada, liberal, capitalista, muito produtiva, funcionando em cima de uma estrutura de pensamento que não tem nada a ver com o liberalismo, uma estrutura de pensamento rígida, “nominalista” – no sentido de controle do poder sobre a verdade –, onde as pessoas acham que a estrutura política da sociedade é indiferente à economia, o que importa é a economia. Nós vivemos trinta anos com essa noção que se criou de que não importa muito a estrutura política, não importa se uma sociedade é democrática ou não, o que importa é se ela é produtiva ou não. Aí aquela frase famosa, acho que de Deng Xiao Ping, em que ele diz “ah, não importa se o gato é branco ou preto, importa se o gato pega o rato”, com o qual eu não concordo de forma nenhuma. Eu acho que se a sociedade é democrática ou não importa extremamente, e não apenas se há eficiência econômica.

Portanto, todo esse instrumental de controle do discurso a partir dos anos 1990 cada vez mais veio tomar essa figura do politicamente correto, o qual eu já dei esse exemplo, talvez um pouco exagerado da questão da galáxia, mas eu acho que nada é exagerado e acho que hoje nada está fora de cogitação de certas correntes de pensamento que andam por ali. O politicamente correto é a grande estrutura do controle do discurso. O politicamente correto é o que introduz a falta de liberdade nas sociedades teoricamente liberais, é ele quem introduz o absolutismo moralista em substituição a essa discussão moral, sempre provisória, nas sociedades que são, teoricamente, consideradas relativistas.

Hoje nós temos (estou sendo meio contraditório, não é?), mas hoje nós temos, portanto, essa bipolaridade que eu chamaria entre o “realismo” e o “nominalismo”, conforme nós estamos falando aqui, e ela existe não só no mundo, mas existe dentro de cada país, e eu acho até que dentro de cada um de nós, dentro de cada indivíduo. Em cada frase que a gente pronuncia existe sempre essas duas forças que nos puxam: uma para o lado, digamos, da liberdade e outra para o lado do controle, para usar uma dessas caracterizações possíveis. Hoje eu acho que cada momento da nossa comunicação, da

nossa interação social, cada tuíte, é uma frente de combate, sem que a gente saiba, entre duas concepções antagônicas do mundo. E os instrumentos geopolíticos tradicionais, acho que, agora, estão submetidos nessa estrutura “logopolítica”, como eu chamei. Por quê? Porque aquilo que nós pensamos determina aquilo que nós fazemos, e aquilo que nós falamos ou não podemos falar determina aquilo que nós pensamos. De modo que eu acho que, simplificando muito, é a cadeia de pensamento, digamos.

Bem, eu queria chegar logo na política externa, mas acaba que a gente vai desenvolvendo um pouco essa dimensão. Mas eu acho que podemos, se os senhores estiverem de acordo, começar a falar mais de Brasil, mais do nosso processo de transformação, falar da nossa política externa.

Vou falar um pouco do Brasil. Um pouco mais. Nós estamos, evidentemente, em um processo de transformação profunda, dentro de um projeto de uma transformação profunda do Brasil, que acho que é um projeto desejado pelos brasileiros há muitas décadas. Não é um projeto novo a ideia de um país basicamente livre da corrupção, um país próspero e um país que se coloca no mundo na posição que lhe é devida. O presidente Bolsonaro fala muito da recuperação do

nosso lugar no mundo, e é algo absolutamente fundamental e determinante.

Para a realização desse projeto, essa questão que nós vínhamos tratando, do controle do discurso, é fundamental – ou da liberdade do discurso. Esse controle do discurso, que poderíamos caracterizar como uma das vertentes de uma determinada visão de mundo, uma visão “nominalista”, o controle do discurso é, talvez, o principal instrumento para tentar manter um sistema dominado pela corrupção – um sistema que, felizmente, está sendo superado, mas que nunca foi definitivamente superado, como nós sabemos –, um sistema de organização da sociedade, da economia, a partir de uma lógica política, e não a partir de uma lógica dos interesses do povo brasileiro.

No Brasil, essa evolução que aconteceu no mundo a partir, mais ou menos, de 1990, de um crescente controle do discurso por certas correntes, acabou assumindo, ao se unir com certas tradições nossas de patrimonialismo e clientelismo, uma forma particularmente discutível com os megaescândalos de corrupção e a organização de toda a sociedade, de todo nosso aparato, em volta de uma estrutura corrupta. E somente a liberdade do discurso e essa coluna do “realismo” que nós estamos vendo – o bom senso do diálogo entre a palavra e a

realidade, a busca da verdade como algo que pode ser atingido e não determinado pelo poder, o primado da verdade e não o primado do poder –, somente essa perspectiva, a meu ver, essa visão realista (nesse sentido, através da liberdade) é que nos permite superar esse sistema e desempenhar esse papel transformador que nós queremos para o Brasil.

Uma coisa, também, que é absolutamente necessária, na minha opinião, para o processo de transformação (aqui eu ainda estou em um terreno um pouco mais abstrato): nós precisamos de símbolos. Uma diferença muito importante entre a coluna do “realismo” e a coluna do “nominalismo” é a questão do universo simbólico. O realismo promove o aspecto simbólico, ele vive no simbólico, enquanto o nominalismo o afasta. O símbolo, etimologicamente, significa levar junto. É o símbolo que traz em si mesmo a convivência com algo diferente, com algo que vai além da realidade suprassensível (que é invocada pelo símbolo), enquanto o nominalismo restringe-se à coisa – é uma relação direta.

A gente pode dizer que o realismo vive no terreno do símbolo, prospera no terreno do símbolo, enquanto o nominalismo no terreno do signo, que é simplesmente a designação direta de uma coisa. Então, para

dar um exemplo – vai ser o último exemplo que eu dou de alguma coisa, porque eu já dei exemplos demais, eu acho, um pouco fora do nosso domínio aqui –, na perspectiva simbólica, que é o realismo. Você pega um leão: o leão é a coragem, é a soberania, é o princípio da luz, o princípio solar, dignidade, e por aí vai. Para o nominalismo, o leão é simplesmente um mamífero carnívoro (muito grosseiramente, para dar um exemplo da importância do símbolo e o que significa o símbolo por distinção do signo) e esse domínio simbólico – por isso que eu queria chegar aqui – é absolutamente essencial para o pleno exercício da liberdade, para a dignidade humana.

O nominalismo – e aqui a gente pode falar a esquerda também –, o pensamento de esquerda tem essa tendência de instaurar um deserto simbólico, o deserto do símbolo, um discurso sem símbolo, sem metáfora – porque o símbolo, a metáfora, é que tem o poder transformador, o poder de evocar aquilo que está fora daquela realidade imediata. E, aqui, nós abrimos para outro aspecto, porque o símbolo nunca é individual, o símbolo é uma convivência coletiva. A comunidade é fundamental para a sobrevivência do símbolo, depois de todo esse domínio simbólico.

Essa profundidade de pensamento, de unidade de pensamento humano, precisa da

nação – a nação, digamos, a grande comunidade; nação é o espaço onde se exerce a liberdade, onde se exerce essa capacidade de comunicação simbólica, de busca da verdade. E a nação, o que é a nação? A nação é uma comunidade de nascimento, o próprio nome está dizendo: *nat*, de nação. Essa raiz é a mesma raiz de nascer, e ela é uma comunidade que tem uma profundidade no tempo, além de uma expansão no espaço. Ela é absolutamente necessária para o exercício de uma verdadeira democracia, como eu dizia.

Então, nós temos também, aqui, para apresentar mais uma ideia de distinção entre essas duas colunas: de um lado, a nação; do outro lado, simplesmente o Estado. De um lado, o Estado nacional, o Estado baseado em uma nação; do outro, o Estado pós-nacional, o Estado que não tem uma nação por baixo – às vezes até antinacional. De um lado, nós temos (do lado realista, que é um lado que eu considero aquele que nós devemos viver), uma sociedade estruturada em torno de uma cultura, em torno de uma história, em torno de um sentimento; do outro lado, uma sociedade, na melhor das hipóteses, estruturada apenas em torno da lei. Por quê? Porque é a coluna de pensamento que pensa basicamente a partir do poder, então pensa a partir da lei; a outra

pensa a partir de um diálogo com a realidade, e a realidade humana inclui essa dimensão fundamental do sentimento, da cultura, da história.

Bem, de um lado, nós temos o que se chama de “a sociedade de confiança”, a sociedade onde as pessoas têm algo em comum, onde gostam de viver juntas, onde têm uma tradição em comum, onde têm uma convergência, mesmo pessoas que não se conhecem têm uma coleção de referências muito profundas em comum; e, no outro, a sociedade pós-nacional, que é a sociedade da tolerância. Então, de um lado, a sociedade da confiança; do outro, a sociedade da tolerância – que é um termo que se usa cada vez mais para caracterizar o que devem ser as sociedades teoricamente avançadas pós-nacionais, mas que é uma caracterização bastante limitada e bastante negativa, onde as pessoas simplesmente se toleram, simplesmente aceitam viver juntas, mas, implícito nisso, o fato de que não possuem nada em comum além do fato de viverem juntas e estarem submetidas ao mesmo aparato legal. E, por causa dessa diferença, existe um poder mobilizador imenso nas sociedades nacionais, nas sociedades que são nações, que são coesas. É um poder mobilizador, porque ele vai além do individual, porque ele tem uma profundidade,

uma perspectiva que ultrapassa o indivíduo – tanto do ponto de vista sincrônico, digamos, ou seja, das pessoas que estão ali naquele mesmo momento, quanto do ponto de vista diacrônico, ou seja, da história. A nação, a comunidade nacional, permite essa comunicação das pessoas não só com seus vizinhos naquele momento, mas com seus antepassados e com seus descendentes. Por isso que a nação é uma comunidade de nascimento, porque ela cria essa coluna no tempo, e por isso que ela tem essa profundidade, esse poder mobilizador.

Quando a gente fala de nação, a gente fala do nosso passado, do nosso futuro, fala dos filhos, dos netos, das pessoas que a gente não vai conhecer e que não conheceu. Enquanto no lado da sociedade de tolerância, da sociedade pós-nacional, não nacional, o poder mobilizador é menor, porque o poder mobilizador concentra-se apenas no indivíduo e apenas nos interesses individuais, e nem mesmo mais a família – que seria, ali, o núcleo em torno do indivíduo –, nas sociedades chamadas avançadas (que eu acho que não são), é valorizada hoje. A família é considerada quase que um empecilho para uma sociedade considerada avançada, nem mais a família é considerada um campo válido de sentimentos compartilhados. O indivíduo não compartilha

mais sentimentos com ninguém. Eu acho triste esse mundo. E aí, para chegar na nossa estrutura, aqui, no Brasil, em uma sociedade nessa perspectiva realista, onde nós temos uma nação, onde nós temos uma estrutura em torno da cultura do sentimento, uma sociedade de confiança, é a sociedade onde todo poder emana do povo, basicamente, onde o povo é a origem do poder; enquanto na sociedade nominalista, baseada simplesmente na lei, baseada simplesmente na tolerância, com um poder mobilizador limitado ao indivíduo, sem uma comunidade de sentimento, o poder emana de si mesmo. O poder emana de si mesmo, exerce-se a si mesmo, e o povo obedece.

E, no limite, não há mais povo. No limite, o próprio conceito de povo começa a ser considerado um conceito ultrapassado. O próprio conceito de povo, na verdade de nação, de certa forma, pode-se dizer que é um símbolo, não é um signo – porque a nação é o território, são as pessoas, é o próprio povo, é um conjunto de indivíduos. Mas, quando a gente diz povo e nação, nosso sentimento evoca outra coisa, evoca outras ideias, que ultrapassam simplesmente aquela descrição material de uma coleção de indivíduos.

Então, aqui, chegando à nossa visão, hoje, de como deve funcionar a nossa

democracia: se o poder emana do povo ou se o poder emana de si mesmo. Como nós tentamos estruturar a nossa política externa para ser uma parte desse projeto transformador do país, eu acho que isso é fundamental para aquilo que nós estamos tentando fazer. Eu não quero ter uma visão puramente negativa do que foi feito antes, mas, eu tenho a impressão de que, durante muito tempo, a nossa política externa brasileira, em relação ao Brasil, era, basicamente, multiplicar por um – era uma política que multiplicava por um. Para o Brasil, não fazia diferença. Existia, vivendo muito de um prestígio teórico herdado de outros momentos, uma autossatisfação muito grande, porque, ao redor do mundo, dizia-se: “Ah, porque a política externa, enfim, a diplomacia brasileira é uma maravilha.” Mas, aqui dentro, estávamos multiplicando por um.

E, hoje, nós temos um esforço – porque é um esforço, não é algo dado, é algo que tem que ser construído. Então, nós voltamos lá atrás, em uma dessas caracterizações, dessas dicotomias que eu mencionava, e um dos elementos dessa visão realista que eu chamei é essa disponibilidade para, digamos, o risco tentativo, a aventura (eu não queria usar essa palavra porque parece “ah, a aventura”, mas eu acho que é algo que evoca coisas importantes na nossa psique),

ou seja, tentar fazer alguma coisa, tentar modificar a realidade a partir de determinados conceitos, a partir de determinados princípios, a partir de determinados valores; enquanto, do outro lado, existe simplesmente a manutenção, aquela famosa frase muito comum na burocracia: “Quem não faz, não erra.” Então, muito prudente.

E como nós desdobramos essa tentativa de uma política externa que seja parte de um projeto de transformação? Antes disso, eu queria falar o seguinte: a questão dos princípios de política externa. Nós temos, como sabem, no art. 4º da nossa Constituição, os princípios que devem reger o relacionamento internacional do Brasil. E tem uma coisa curiosa, porque, não sei, somos talvez o único, ou um dos poucos países, que tem princípios de política externa inscritos na sua Constituição, e, ao mesmo tempo, nós temos um *establishment* de política externa (certos comentaristas de política externa, que recusam qualquer princípio na execução da política externa). Então, nós temos uma Constituição que fala de princípios e, assim, antes de quais são os princípios, é importante o fato de que ela estabelece princípios. É uma política que se deve basear em princípios. Enquanto hoje o pensamento corrente da mídia, dessa mídia que cria juízos em vez de simplesmente informar,

parece ser de que a política externa não deve respeitar princípios, deve basear-se simplesmente naquilo que eles chamam de interesse, ou algo assim.

Então, a nossa Constituição, por exemplo, diz “tá, princípios, mas com independência nacional” e por aí vai. O que ela não diz? Ela não diz que a nossa política externa se regerá exclusivamente pelo interesse comercial imediato. E, no entanto, essa é a impressão que a gente tem ao ler muitos comentários, hoje, sobre política externa – que ela deve reger-se unicamente pelo interesse comercial imediato, como se nas épocas em que esse princípio, ou não princípio, era aplicado tivesse havido muita vantagem comercial para o Brasil. Não houve. Hoje, em um ano e sete meses, nós criamos mais valor, eu acho, em termos de negociações comerciais do que em vinte anos anteriores, pelo menos.

Mas, existe esse *slogan*, e aí voltando para a questão nominalista, não é algo que dialoga com a realidade, é uma ideia pronta que é apresentada de que a política externa tem que se ater aos interesses comerciais imediatos e que, atualmente, nessa visão, a nossa política não se ater a esses interesses, não atenderia a esses interesses comerciais imediatos, o que não é verdade – pegando o meu critério de verdade, que é o

critério de adequação do fato à coisa, adequação da palavra à coisa.

Bem, os princípios de política externa falam de independência nacional, falam de autodeterminação dos povos, falam de primazia dos direitos humanos, por exemplo, a prevalência dos direitos humanos. São princípios que tem a ver com o universo moral, que tem a ver não simplesmente com o universo utilitário, e é isso que nós procuramos seguir. Nós queremos fazer uma política externa realista e não nominalista. Essa dicotomia que se escuta muito, entre ideológico e pragmático, eu preciso falar um pouco, porque essa é mais ou menos a única coisa que, infelizmente, grande parte dos comentaristas de política externa vão falar, é pragmático ou ideológico: “Esse aqui está sendo pragmático, esse aqui está sendo ideológico.” É meio triste, porque são pessoas que, muitas vezes, fazem cursos, mestrado e doutorado em relações internacionais e só sabem usar dois conceitos. E usam mal.

Então, o que é o pragmatismo? O pragmatismo faz parte, digamos, da razão prática. É como você vai a determinado lugar, mas a maneira como é usado hoje é o pragmatismo sem pensamento, é o pragmatismo sem objetivo. Então, o pragmatismo sem ter pensamento é essa estranha convicção de que

you can go very far if you don't know where you're going. Now, if you don't know where you're going, you'll never know if you went far or not, you'll never know if you went to the right side or not. You will always be able to say you went far if you don't have a goal. And, nevertheless, there is a little of this idea today. If you try to think and determine where you want to go, or where you are going, you are ideological. Then, it is a completely capengue use, both of the concept of ideology, as much as the concept of pragmatism. What does it mean to discuss where you are going? And here, using pragmatism to get there, to suddenly bypass obstacles and look for the best way? This does not mean being ideological, it means organizing your trip, organizing your objectives. Then, I think that the vision of "either pragmatic, or ideological" is an ideological vision, it is a vision that does not correspond to reality. It is a vision that is created and administered as a simple instrument, let's say, of interference, as an instrument of action of power, in truth, and not of exercise starting from truth, to take back a little of what people were saying before. In the case, the power of the media – which is immense, as we saw.

I wanted to talk, then, about the axes through which we are trying to implement this

idea of an external policy that seeks to be part of a project of transformation of the country. Basically, there are four axes: the axis of democracy, the axis of economic opening, the axis of sovereignty and the axis of values.

The axis of democracy: here, from the beginning, we have worked intensively, especially here in our region, in South America, in the promotion and defense of democracy. This is both for a moral conviction, to return to that our characterization, as much as for interest, for material interest, let's say so, and that goes beyond the material. Why? Because our diagnosis is very different from the diagnosis that prevailed before. Before prevailed the diagnosis of that certain countries of South America, of Latin America, do not have democracy and this is a problem only for themselves, for their populations – it would be very much, but, in short, isolated problems. And the way to deal with them is, simply, to make declarations, from time to time, saying that we must have dialogue to reach democracy, a thing like that.

Well, we have a different diagnosis, we have a diagnosis of that there are today, in our region, narcocartels. There are political systems where the symbiosis between organized crime and political forces – here I have to talk, they are on the left,

porque são –, forças políticas de esquerda, nessa simbiose absoluta. Não é que são regimes que protegem o tráfico ou que apoiam ou que são apoiados pelo crime organizado, são regimes que são parte do esquema da criminalidade, e a criminalidade que é parte dessa política de esquerda. E isso, basicamente, é o Foro de São Paulo e outras caracterizações. É uma rede muito poderosa, muito profunda, que se criou ao longo das décadas entre determinados projetos políticos de tendência totalitária. O crime organizado, o narcotráfico, o terrorismo, isso tudo se convergiu e criou uma simbiose. Então, é contra isso que nós estamos lidando. E isso é uma ameaça clemente para nós e para qualquer país democrático da nossa região. Ameaça presente e interna, inclusive, porque esse esquema, essa rede, está presente aqui, porque o crime organizado faz parte dela, o crime organizado está presente, infelizmente, é claro, no nosso território. Atua. Então, a defesa da democracia na América do Sul, na América Latina, é a defesa da democracia no Brasil. Não é uma opção. É uma determinação de um país que quer ser democrático e ter uma política externa que tem a obrigação de defender a nossa constituição democrática.

Isso é parte desse nosso realismo, de ver a realidade, e não de optar pela palavra, e

não de optar por uma caracterização confortável de que determinadas correntes políticas não têm nada a ver com o crime organizado – ou que não têm nada a ver com o narcotráfico. E cada vez mais nós temos condições, e acho que temos a vocação, eu diria a obrigação, de trabalhar pela democracia no mundo todo, não só em países específicos, mas espalhar o conceito de democracia nesse momento, nesse momento em que se está construindo o mundo pós-COVID. Já se tornou um lugar comum, mas eu acho que esse é válido, dizer que o mundo pós-COVID vai ser muito diferente do mundo anterior. E eu tenho dito basicamente isso, que sim, vai ser muito diferente, mas não sabemos para que lado ele vai. Pode ser um mundo com mais liberdade ou um mundo com menos liberdade, mais democracia ou menos democracia. E nós precisamos de uma comunidade internacional, de uma discussão, de um debate internacional que não ignore o conceito de democracia, como aconteceu durante trinta anos. Durante trinta anos, em qualquer ambiente multilateral, você jamais ia escutar a palavra democracia. Jamais. Precisamos começar a debater isso, precisamos começar a debater qual é o formato da economia mundial, da estrutura mundial de trocas que favorece a democracia ou não. Nós tivemos trinta anos de cegueira

mundial com relação à democracia. A globalização foi um processo que, claro, criou riqueza, mas, ao mesmo tempo, criou essa distorção. Criou uma sociedade mundial que, talvez, seja menos democrática do que era em 1990. Esse é o esforço que nós estamos fazendo hoje, o Brasil com outros países, de trazer a democracia de volta para o debate e dizer “olha, não se trata simplesmente de um mundo de eficiência econômica”, porque isso nós estamos vendo, essa eficiência ela tem seus limites – claro que ela é um objetivo, mas precisa haver alguma coisa por baixo.

Precisamos de um mundo realista, nesse sentido, que esteja aberto aos valores, que esteja aberto a uma dimensão que vai além daquilo que se caracteriza em um interesse imediato. Entendi também que não só precisamos internamente de um espaço onde todo poder emana do povo, mas talvez do mundo, nós precisamos de um mundo onde todo poder emana dos povos, onde a partir das nações, a partir dos povos, surge esse exercício da liberdade, o mundo precisa (o mundo também). As discussões diplomáticas precisam retomar o gosto pela liberdade. Se falar em liberdade em uma discussão diplomática, é como se falasse que as pessoas têm que olhar no dicionário para saber o que significa. Isso tem que mudar, isso está mudando. E eu acho que o Brasil está na

vanguarda disso, porque é uma experiência que nós estamos vivendo internamente – essa retomada do gosto pela liberdade – e saber, finalmente perceber, que nós podemos exercer a liberdade; mas isso faz parte da retomada do nosso lugar no mundo. Não é só participarmos mais do comércio mundial, não é só participarmos mais da atração de investimentos que estão ao redor do mundo, é participarmos levando esse conceito de liberdade, participarmos e termos um papel transformador no mundo.

É claro que não podemos transformar sozinhos, mas temos que acreditar na nossa capacidade. O Brasil, por muito tempo, foi um país que não acreditava em si mesmo. Nós precisamos rumar para isso. Não atendendo a um interesse específico, mas isso atende aos nossos interesses também, porque um país que se apresenta no mundo como um país que pode fazer a diferença é um país que acaba gerando mais oportunidades, inclusive econômicas, para si mesmo, para a sua população. Existe também, nesse universo nominalista (que normaliza a realidade, que só repete *slogans*), existe essa noção de que, quando você vai ao redor do mundo e defende determinados valores, você está prejudicando seus interesses materiais, seus interesses comerciais. Isso eu li por aí, dito de diferentes maneiras. Não há um exemplo

concreto disso, jamais vi um exemplo concreto disso. Enfim, então é uma pseudoverdade, é uma verdade decorrente simplesmente do poder de controle do discurso de uma determinada mídia – isso de dizer que os seus valores prejudicam os seus interesses. Isso não se aplica, não é corroborado pela realidade. Então, nessa dimensão da democracia, nós temos, aqui na nossa região e ao redor do mundo, acho que quase a incumbência de trabalhar por um mundo mais democrático. Quando eu digo democrático, não é só entre os países, é dentro – hoje em dia, o que é dentro e o que é fora de cada sociedade é cada vez mais fluido.

Uma segunda vertente é a abertura econômica. Nós temos feito um esforço, também sem precedentes, de negociar novos acordos comerciais, de promoção comercial, de atração de investimentos, de participação do Brasil como um país central nas discussões da Organização Mundial de Comércio e assim por diante. A nossa tentativa que em breve, se tudo der certo, vai começar é o nosso pleito de entrada na OCDE. Tudo isso converge para que a nossa relação externa seja parte de um processo de transformação de filosofia econômica no Brasil – de uma filosofia de país fechado, de país baseado no investimento estatal, para uma filosofia de país aberto e de país baseado no investi-

mento privado; de uma filosofia de um país fora das cadeias globais de valor para um país no centro das cadeias globais de valor, graças a novos acordos econômicos, e cadeia de suplemento, etc. Isso, claro, tem uma vantagem em si mesma: criar empregos, gerar investimentos. Mas tem, também, uma conotação política, tem uma vantagem política dentro do nosso processo de transformação, porque, quanto mais fechada a economia, melhor é para um esquema de corrupção; quanto mais aberta, mais difícil; quanto mais concentrada no Estado, evidentemente, melhor para a corrupção; quanto menos dependente do Estado, menos oportunidade para a corrupção. Esse é o nosso grande desafio. É simples, de um certo ponto de vista. É criar, também na frente externa, investimentos, negociações comerciais, instrumentos que, como eu dizia, além de gerar emprego, renda e oportunidades, que nos ajudem a superar esse sistema que nós precisamos superar e que é o grande objetivo, talvez, do governo, não só do povo brasileiro – esse sistema centrado na corrupção e na administração estatal política das riquezas do país.

Uma terceira vertente é a soberania *lato sensu*, envolvendo a questão de segurança, de defesa, quer dizer, apoiar, através da nossa política externa, um país que seja mais seguro, tanto dentro de suas fronteiras quanto

fora. Aqui, evidentemente, existe a busca de parcerias que nos permitam uma capacitação do nosso poderio bélico, militar – e aqui envolve, inclusive, um debate conceitual: a questão de segurança. Eu, pessoalmente, os senhores saberão muito melhor do que eu, mas acho que cada vez menos deve-se traçar uma fronteira entre segurança e defesa, porque as ameaças não têm essa fronteira, as ameaças hoje são diferentes. Quer dizer, eu acho que dificilmente a gente vá enfrentar uma ameaça clássica aqui na nossa região, de uma guerra clássica, de uma invasão, desse tipo de coisa. Por outro lado, sim, enfrentamos ameaças reais, ameaças reais a partir dessa coligação de determinados sistemas políticos com narcoditaduras, com o sistema de crime organizado e de terrorismo – que também não se limitam à nossa região, porque eles também não ficam aqui, estão conectados com o mundo todo. De modo que precisamos ver essa questão da segurança e da defesa a partir da ótica dos desafios reais. E a nossa política externa, claro, não é exclusiva nisso e nem é a principal. Não nos cabe a capacidade, mas cabe a nós a negociação, a organização, claro, junto com as forças de defesa, das alianças, dos espaços de cooperação necessários para enfrentar essas ameaças reais e realmente existentes.

E, por último, o que eu chamaria de questão dos valores, a vertente dos valores – que é o aspecto de levar para o mundo aquilo que nós acreditamos, aquilo que o povo brasileiro acredita, aquilo que nos parece fundamental como colocação de ideais, colocação de pensamentos, de ideias, inclusive. Eu acho que a gente não se deve restringir realmente a uma visão de mundo onde a única coisa que a gente venha a fazer é a promoção dos interesses, digamos, imediatos, como eu dizia. Os interesses conceituais, por assim dizer, são tanto interesses quanto são determinantes. Foi aquilo que eu dizia: o nosso pensamento determina as nossas ações, e as nossas palavras determinam o nosso pensamento. Então, atuar no terreno da palavra, do conceito, tentar trazer novos conceitos, tentar trazer novas ideias que tenham a ver com a nossa visão de mundo, com a visão de que são os reais interesses do Brasil, de superar esse sistema de corrupção, de atraso, isso tudo é fundamental.

Então, aqui, eu estou falando um pouco de maneira genérica, quer dizer, onde é que se expressa isso? Expressa-se de diferentes maneiras, mas é o reino da palavra – nós, na diplomacia, nós vivemos nesse terreno da palavra. E isso não é algo que deve ser visto como algo inútil, muitíssimo pelo contrário,

acho que ele pode ser absolutamente determinante. A palavra é que vai determinar a ação em último caso.

Então, precisamos defender valores ao redor do mundo, precisamos defender conceitos. Para dar alguns exemplos: temos defendido, claro, o direito à vida, que é algo absolutamente fundamental, na nossa concepção, na nossa visão de mundo; temos defendido a liberdade de expressão, também absolutamente fundamental, sem a liberdade de expressão realmente essa bifurcação entre uma sociedade que pode ir para uma democracia ao redor do mundo, e não uma sociedade que pode ir para uma sociedade de controle total e totalitário – sem a liberdade de expressão a gente vai para essa última. A única maneira de aproveitarmos ao máximo as novas tecnologias, para criar tanto a nível nacional quanto internacional a

democracia, é a defesa e a promoção e da liberdade de expressão, isso é absolutamente decisivo.

Portanto, em todos esses aspectos, eu acho que a nossa política externa pode ter um aspecto transformacional – reforçar essa transformação do Brasil e expressar essa transformação, deixar de ser um espaço isolado, como se fosse uma ilha, como se fosse um clave dentro do Brasil. Isso é parte de um desejo do povo brasileiro, de mudança profunda. Através da criação de novas parcerias, da criação de novos conceitos, da defesa de novos conceitos, atuando na nossa região, no mundo, podemos promover a democracia no fundo. Podemos promover uma sociedade que funcione como uma sociedade plenamente democrática baseada na liberdade. É isso.

Obrigado.

